

# Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais

ISSN: 2238-8052

<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu>

*Ensaio recebido em 05/04/2017 e aceito em 25/06/2017.*

## **TERRITÓRIO, PAISAGENS E IDENTIDADES CULTURAIS EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO NORDESTE BRASILEIRO**

*TERRITORY, LANDSCAPES AND CULTURAL IDENTITIES IN AN EXTRACTIVE  
NATIONAL RESERVE IN THE NORTHEAST BRAZIL*

Gilberto Gonçalves RODRIGUES<sup>12</sup>  
Ana Elizabete Vila Nova de SOUZA<sup>1</sup>  
Maira Egito Alves LIMA<sup>1</sup>  
Ivo Raposo Gonçalves Cidreira NETO<sup>1</sup>  
Jéssika Kellyane da Silva LEITE<sup>1</sup>  
Douglas Macêdo do NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Eduardo HARDER<sup>3</sup>  
Ana Elisa Castro e FREITAS<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Com essa temática da pesquisa espera-se alcançar uma melhor compreensão da distribuição territorial com base nos direitos culturais das comunidades residentes da Reserva Extrativista (RESEX) de Acaú-Goiana, no nordeste brasileiro, caracterizando a área nas abordagens histórico-geográfico e cultural. Além de entender a visão que os próprios residentes das comunidades apresentam sobre espaço, território e uso dos recursos naturais. Esses atributos irão contribuir para desenvolver uma ideia que busque melhorar o compartilhamento das áreas da RESEX, em que a própria comunidade seja atuante na construção dessas ideias. Tentando dessa forma, amenizar os conflitos socioambientais existentes na área.

**Palavras-chaves:** Direito cultural; Etnozoneamento; Pescadores; RESEX; Território.

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) /UFPE. E-mail: [anaelizabetesouzaa@gmail.com](mailto:anaelizabetesouzaa@gmail.com); [gilberto.rodriques@ufpe.br](mailto:gilberto.rodriques@ufpe.br).

<sup>2</sup> Laboratório Avaliação, Recuperação e Restauração de Ecossistemas – ARRE Água. Centro de Biociências, Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 Cidade Universitária Recife, PE. Email: [gilberto.rodriques@ufpe.br](mailto:gilberto.rodriques@ufpe.br).

<sup>3</sup> Laboratório de Interculturalidade e Diversidade – LaID. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral Avenida Jaguariva, 512. Caiobá, Matinhos, PR. E-mail: [anaelisa.freitas.ufpr@gmail.com](mailto:anaelisa.freitas.ufpr@gmail.com).

## **ABSTRACT**

With this research theme, it is hoped to achieve a better understanding of the territorial distribution based on the cultural rights of the resident communities of the Extractive Reserve (RESEX) of Acaú-Goiana, in the Brazilian northeast, characterizing the area in the historical-geographic and cultural approaches. In addition to understanding the vision that residents themselves present about space, territory and use of natural resources. Where these attributes will contribute to develop an idea that seeks to improve the sharing of RESEX areas, where the community itself is active in the construction of these ideas. Trying to alleviate the socio-environmental conflicts in the area.

**Keywords:** Cultural rights; Ethnozoning; Fishers; RESEX; Territory.

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A pesquisa parte da premissa de que há deficiências e metas a avançar com vistas a qualificar a estrutura e gestão das Unidades de Conservação (UC). Embora conste dentre os objetivos das UCs de uso sustentáveis o exercício de uma gestão participativa, com previsão da participação das populações locais junto aos órgãos competentes, inclusive em atendimento a dispositivos legais vigentes no Brasil (Decreto 5.051/2004, que ratifica a Convenção 169/1989-OIT no Brasil), a realidade mostra muitas deficiências neste sentido: as populações locais não têm voz nas tomadas de decisões (HARDER, 2014, LIMA, SELVA e RODRIGUES, 2016).

Tais territórios muitas vezes não estão regularizados ou demarcados, o que amplifica os conflitos e a precarização socioambiental vivenciada pelas populações locais. O processo de reconhecimento destas alteridades sociais exige levar em consideração suas identidades culturais e tradições, abrangendo não apenas uma dimensão étnica ou política das identidades em jogo nos cenários regionais, mas também sua dimensão territorial e ambiental, com o reconhecimento das áreas de vida, unidades de recursos manejadas e sua situação na paisagem, bem como seus processos de manejo e produção (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000; LITTLE, 2002; FREITAS, 2005; HARDER e FREITAS, 2010).

Tais usos possuem não apenas uma dimensão ecossistêmica, mas histórica, tendo em vista que são em quase totalidade anteriores ao ato formal de criação da UC. O que se observa na maioria dos estudos é a ineficiência do Estado para produzir a mediação de conflitos, com resultados de desproporcionalidade entre desenvolvimento, conservação da natureza e possibilidade de existência e reprodução cultural, étnica e social das populações locais (LITTLE, 2002, FREITAS, 2005; FREITAS, 2007). Verifica-se a necessidade de uma reavaliação do que seria território, espaço e paisagem para essas comunidades que usam a UC como meio de

sobrevivência e de manter suas tradições. Buscando não uma demarcação e divisão de espaços e sim um compartilhamento das áreas por todos aqueles que têm direito.

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) se assegurava que as populações tradicionais residentes nelas teriam seu modo de vida preservado e garantia de participar das ações e gestão da unidade estabelecida no território brasileiro (BRASIL, 2000). O modelo de unidades de conservação (UC) adotado no Brasil e no Terceiro Mundo, em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva do conceito de áreas protegidas, construídas no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida silvestre ameaçada pelo avanço da civilização urbano industrial. Esse modelo se expandiu por vários países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de 1960, quando o número e a extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo (RYLANDS & BRANDON, 2005).

Dentre estas UCs, existem as de Proteção Integral (Parques, Reservas Biológicas, entre outras) e as de Uso Sustentável (Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas). As RESEX (Reserva Extrativista) “é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000). Para Diegues (1998, p. 87 e 88) populações tradicionais têm como característica dependência da natureza o que vai influenciar no seu modo de vida e no conhecimento sobre a natureza refletindo nas suas estratégias de manejo e uso dos recursos naturais.

No ano de 2007 foi criada a Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana, por meio de decreto federal, que engloba áreas dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Localizada na região estuarina dos rios Goiana e Megaó tem uma população composta basicamente por pescadores e pescadoras, mais conhecidas como marisqueiras e catadores de crustáceos (guaiamum, caranguejo uca e aratu). No estuário predomina o ecossistema de manguezal, bem conservado até a década de 90 do século XX, mas o uso principalmente do local para carcinicultura, instalação de indústrias e cultivo de cana-de-açúcar degradou bastante a área (FADIGAS, 2009; LIMA, SELVA e RODRIGUES, 2016).

No caso específico dessa RESEX, não somente as delimitações geram conflitos por envolver dois Estados (PB e PE), como também por envolver empresas privadas que atuam na área, viveiros de carcinicultura e plantações de cana-de-açúcar, além da crescente especulação imobiliária. Esses conflitos afetam diretamente a vida, tradições e costumes das populações residentes da RESEX, provocando conflitos e problemas, além de alimentar o sentimento de

descrença por parte das comunidades locais quanto à importância e benefícios ambientais da criação da RESEX.

Com a criação da RESEX a participação social ficou mais evidente no que diz respeito à gestão da reserva extrativista, pois para que essa gestão seja efetiva é necessária essa interação com a população local. Permitindo que eles atuem também nas tomadas de decisões (CARON et al, 1999, p.59). Mas devido à continuação de conflitos na área, parte da população está descrente em uma política denominada 'ambiental' na RESEX (FADIGA & GARCIA, 2010). Então através da tentativa de aliar o conhecimento da população local com as informações trazidas para a comunidade procura-se um enriquecimento do debate sobre os problemas locais e a criação de estratégias para amenizar conflitos existentes na área (DIAS, 2006).

Uma das formas de conter os conflitos é reavaliar a questão do território e territorialidade na RESEX e região. O território seria uma área utilizada por uma dada população (SANTOS, 2007) e a territorialidade 'os processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes' (LITTLE, 2002; FREITAS, 2005). Além disso, no caso das comunidades pesqueiras, os territórios do mar vão mais a frente do que o espaço demarcado. A partir do qual cada grupo cria certa familiaridade com áreas marítimas que são incorporadas a suas tradições (MALDONADO, 2003).

Ainda segundo Almeida (2008, p.61), a identidade cultural dá sentido ao território e delineamento das territorialidades. Elas irão definir uma relação individual ou coletiva com o espaço se apoiando nas paisagens locais. Essa concepção é compartilhada por outros autores que tem focalizado o território numa perspectiva socioambiental, jurídica e antropológica, atenta às identidades culturais, usos ambientais e direitos culturais (e.g., LITTLE, 2002; FREITAS, 2005; HARDER & FREITAS, 2010; 2011; HARDER, 2014).

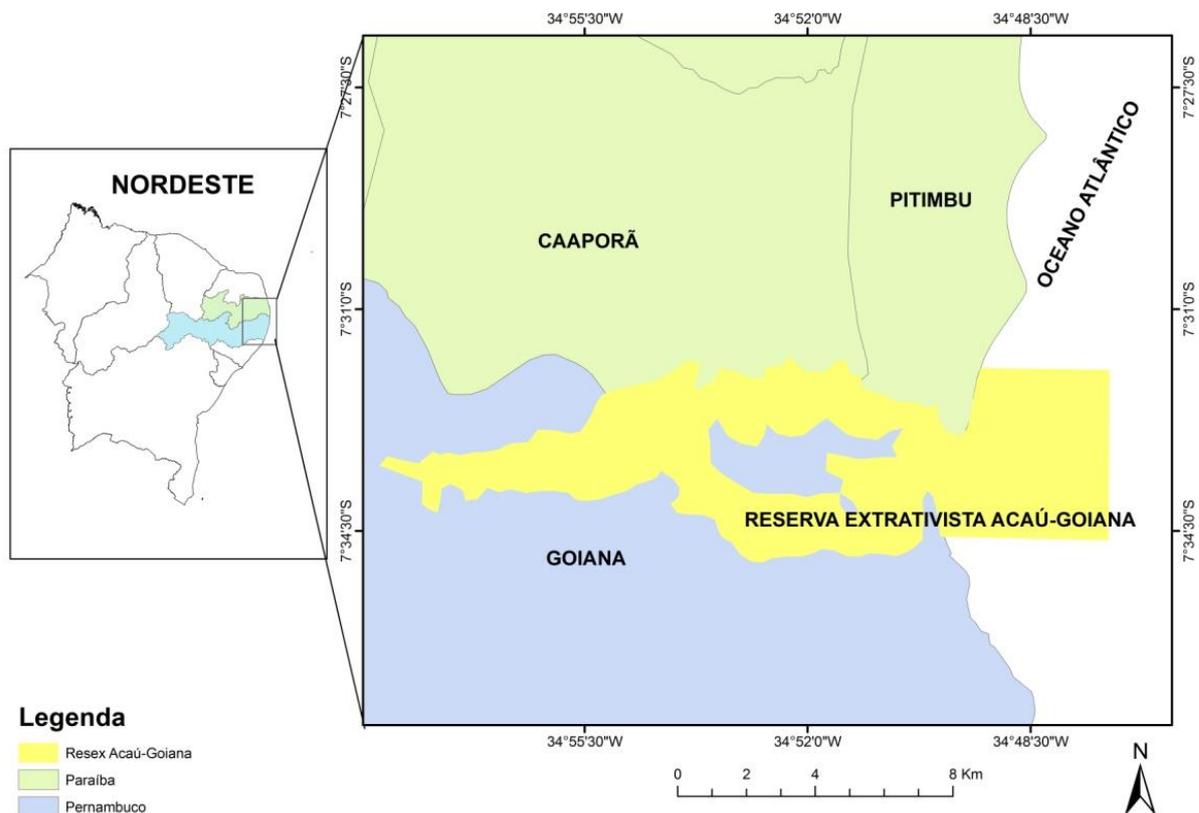
Diante disto, enfatiza-se a ideia de que na RESEX Acaú-Goiana há possibilidades de ser trabalhada a questão da territorialidade na RESEX com base em uma visão de território que leva em consideração a identidade e direitos culturais de cada grupo, na tentativa de promover uma melhor divisão dos espaços na RESEX que poderão amenizar os conflitos e solucionar problemas na área.

Esta pesquisa tem como hipóteses que (i) a demarcação de territórios da RESEX não leva em consideração fatores como o conhecimento das populações locais e suas identidades culturais o que gera muitos conflitos na área; (ii) um compartilhamento de espaços com base nas identidades culturais das populações locais e suas visões de território e territorialidade, ao invés de divisões e demarcações fixas de espaço pode diminuir os conflitos locais e promover uma melhor gestão da Unidade de Conservação.

## 2. ÁREA DE PESQUISA

Para isto faz-se necessário analisar os processos de uso e divisão dos espaços da RESEX Acaú-Goiana através de uma visão de território baseado nas identidades culturais individuais e coletivas dos pescadores, objetivando a visão de território e paisagem na perspectiva etnocultural de coletividades de pescadores (as) da RESEX, apontando traços de um etnozoneamento da UC; caracterizando a RESEX na abordagem histórico-geográfico e cultural e subsidiando elementos para uma proposta de melhor compartilhamento dos territórios na RESEX (Fig. 1).

**Figura 1:** Mapa de localização da RESEX Acaú-Goiana



**Fonte:** Valcilene Rodrigues (2014). Autor: Maira Egito Lima (2014)

O estudo desenvolve-se na Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, que tem uma área de 6.676,69 hectares. A RESEX, em epígrafe, está localizada nas coordenadas geográficas 07° 33' 59" S e 34° 50' 14", nos municípios de Goiana no Estado de Pernambuco e Pitimbu e Caaporã no Estado da Paraíba. A RESEX se encontra em ambiente costeiro e as comunidades de pescadores tradicionais de Caaporã e Acaú (PB) e Comunidade de Baldo do Rio, Povoação de São Lourenço,

Tejucupapo e Carne de Vaca (PE) são os grupos alvos da pesquisa, e especificamente, os pescadores (as) (LIMA, SELVA E RODRIGUES, 2016).

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa consta de um caráter qualitativo, com a utilização dos seguintes métodos (i) pesquisa bibliográfica, para a compreensão da origem, objetivos e importância da RESEX e da história das populações locais, além (ii) da questão de divisão territorial na área, que a melhor forma de realizar é através de observação direta e observação participante.

A observação participante e as entrevistas semiestruturadas são associadas ao método etnográfico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) e o etnozoneamento focalizando em unidades de recurso, anéis de territorialidade e área de vida, com base no estudo de Freitas (2005) para populações indígenas e Harder e Freitas (2011) e Harder (2014) para coletividade de pescadores utilizados na Ponta Oeste da Ilha do Mel em interface com a Estação Ecológica da Ilha do Mel, no Paraná.

Segundo Triviños (1987) esse tipo de entrevista “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” “além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”.

Para Cardoso de Oliveira (2000) a pesquisa de método etnográfico considera o sujeito interlocutor e exige do pesquisador filtros analíticos e epistemológicos capazes de “ver, ouvir e escrever” sobre a realidade observada, com base em uma ética dialógica, comunicativa e de reciprocidade entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Tal ética deve oportunizar ao “outro” a fala e o diálogo intercultural, a partir de seus próprios esquemas simbólicos e etnológicos, sem imposição de categorias a priori pelo pesquisador. Este método oportuniza acessar a relação entre os padrões territoriais observados e os significados culturais, tecnologias sociais e conhecimentos a eles relacionados.

Todo esse conhecimento das problemáticas que envolvem as gestões das UCs, em especial da RESEX Acaú-Goiana, área de estudo desta pesquisa, pode gerar debates importantes que poderão ser replicados ao longo do país tanto em outras UCs, como em áreas nas quais existam conflitos pela posse de terra; pela delimitação de uma área e serem importantes também como forma de inserir a população local na gestão da unidade. Além de trazer, no caso específico de Pernambuco e Paraíba onde se encontra a RESEX uma forma de criar um compartilhamento mais adequado das áreas amenizando os conflitos e problemas locais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisas com esse cunho acadêmico-científico é esperado construir uma compreensão da distribuição territorial com base nas identidades culturais das populações residentes da RESEX Acaú-Goiana, amenizando os conflitos socioambientais na área.

As pesquisas em andamento referem-se a (i) Gestão participativa na Reserva Extrativista Acaú-Goiana: O papel da comunidade de Acaú – PB; (ii) Ecologia humana e pesca artesanal de populações quilombolas de uma RESEX no nordeste do Brasil; (iii) O conhecimento ecológico das marisqueiras na RESEX Acaú-Goiana, que são as dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE. Além dos projetos de pesquisa: (a) O uso dos recursos pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana e seus impactos socioambientais, dos Programas de Pós-Graduação da UFPE (PRODEMA/UFPE; PPG Biologia Animal e PPG Morfotecnologia); (b) A ecologia política da pesca de crustáceos em manguezais no Nordeste brasileiro, do Programa Institucional: Educação, Governança e Sustentabilidade, da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

#### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. *Geografia e cultura: a vida dos lugares e lugares da vida*. Goiânia, UFG, 2008.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- CARON, H. L. et al, Anotações à Margem do Tema III. In: *Municípios e meio ambiente: perspectivas para a municipalização da gestão ambiental no Brasil*. Org. Arlindo Philippi Jr., et al. São Paulo: Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, 1999, p. 56-59.
- DIAS, G. F. *Educação e Gestão Ambiental*. São Paulo: Gaia, 2006.
- DIEGUES, A. C. S. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FADIGAS, A.B.M. As Marisqueiras e a Reserva Extrativista ACAÚ-GOIANA A: uma análise de práticas participativas para a conservação do ambiente. 2009. 178f. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- FADIGAS, A. B. M. GARCIA L. G. Uma Análise do Processo Participativo para a Conservação do Ambiente na Criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. *Sociedade & Natureza*, vol. 22, n.3, Uberlândia, 2010.
- FREITAS, A. E. C. *Mrur Jykre – a cultura do cipó: territorialidades kaingang na margem leste do lago Guaíba, Porto Alegre, RS*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS/PPGAS, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14922>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.
- \_\_\_\_\_. *Estudos Complementares ao EIA/RIMA referentes ao Componente Indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense - TI M'Biguaçu*. Porto Alegre: Neocorp, 2007.
- HARDER, E. A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de

- uma perspectiva patrimonial. *Tese de Doutorado em Direito*. Curitiba: PPGD/UFPR, 2014.
- HARDER, E. e FREITAS, A. E. C. A velada dimensão ambiental da função social da propriedade: rotinas administrativas e práticas coloniais no contexto do Estado brasileiro. In: SONDA, Cláudia e TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (org.). *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. Curitiba: ITCG, 2010. Disponível em: [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO\\_REFORMA\\_AGRARIA\\_E\\_MEIO\\_AMBIENTE/PARTE\\_2\\_4\\_EDUARDO.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_2_4_EDUARDO.pdf). Acesso em 15 de dezembro de 2014.
- HARDER, E. e FREITAS, A. E. de C. Envelhecer na invisibilidade: os sentidos do viver na Ponta Oeste da Ilha do Mel, Baía de Paranaguá. *IX Reunião de Antropologia do Mercosul. GT10 - Antropologia das populações costeiras tradicionais*. Curitiba: PPGAS/UFPR/ABA. 10 a 13 de julho de 2011.
- LIMA, M. E. A.; SELVA, V. S. F.; RODRIGUES, G. G. Gestão participativa nas reservas extrativistas: a atuação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. *Revista Brasileira de Geografia Física* v.09, n.06 (2016) 1072-1087.
- LITTLE, P. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. Brasília: PPGAS, 2002. Disponível em: <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paulittle.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.
- MALDONADO, S. *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.
- PALMA, I. R. *Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental*. 2005. 72f. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- PEREIRA, M. O. R. *Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: um Convite à*
- RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Brazilian protected areas. *Conservation Biology*, vol. 19, n.3, p. 612-618, 2005.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SHEIL, D., PURI, R. K., HEIST, M. V., WAN, M., LISWANTI, N., RUKMIYATI SADJORN, M. A., SAMSOENDI, I., SIDYASA, K., CHRISANDINI, PERMANA, E., ANGI, E. M., GATZWEILER, F., JOHNSON, B., WIJAYA, A. *Explorando a Biodiversidade, o Meio Ambiente e as Perspectivas das Populações em Áreas Florestais: Métodos para a Valorização Multidisciplinar da Paisagem*. 1 ed., p.3-18, 2004.
- SMITH, K., BARRETT, C. B., BOX, P. W. Participatory Risk Mapping for Targeting Research and Assistance: With an Example From East African Pastoralist. *Pergamon*, vol. 28, n.11, p. 1945-1959, 2000.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.